

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Março de 2019 - Nº 705

EMPREGADOS DA CAIXA VESTIRÃO PRETO NO DIA NACIONAL DE LUTA NA SEXTA-FEIRA (15)



O governo Bolsonaro e a nova direção do banco vêm promovendo diversos ataques contra os empregados e contra o caráter público da Caixa. O presidente Pedro Guimarães já anunciou que pretende fatar a empresa e privatizá-la em pedaços. Áreas como seguros, cartões, assets e loterias, que estão entre as mais lucrativas do banco estão na mira da nova direção do banco.

Além disso, na última semana a imprensa noticiou que, a pedido de Pedro Guimarães, o banco deve fazer uma provisão de aproximadamente R\$ 7 bilhões para cobrir perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário e a desvalorização de imóveis retomados pelo banco.

Porém, como informa Dionísio Reis, coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) da Caixa, a inadimplência na Caixa é mais baixa que a dos demais bancos. Um provisionamento tão grande assim não é necessário. “Tal provisionamento reduz sobremaneira o valor que o banco teria que pagar a

título de participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados, que deram duro e conseguiram superar as metas estipuladas pelo banco. A nova direção da Caixa, no entanto, não quer reconhecer o esforço dos seus empregados.”

Por isso, o movimento sindical solicitou uma reunião com o banco para esclarecer as mudanças que estão sendo feitas. Mas, o banco se recusou a passar tais informações e esclarecimentos às entidades de representação dos empregados.

Como forma de protesto com tamanho desrespeito aos trabalhadores e mostrar a contrariedade às medidas privatistas que estão sendo implantadas, os empregados farão o Dia Nacional de Luta da Caixa, na próxima sexta-feira (15), em defesa da Caixa 100% pública, contra a venda das áreas mais lucrativas do banco, na defesa do seu papel social, contra as contramobras que reduzam o lucro da Caixa, por mais reconhecimento ao trabalho, por mais empregados já e pelo fim do assédio moral na empresa.

REFORMA ESTATUTÁRIA BANESPREV: ENTIDADES PEDEM SUSPENSÃO DA PORTARIA 156 DA PREVIC



Na tarde de quarta-feira, dia 6 de março, as associações e os sindicatos apresentaram na Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) um recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo à Portaria nº 156 (publicada no

Diário Oficial em 20/2/2019), que aprovou na íntegra a reforma estatutária do Banesprev e tirou os poderes da assembleia de participantes.

Além da nulidade da portaria, o recurso pede também cópia integral do processo administrativo, "com abertura de prazo para aditamento das presentes razões recursais, se necessário", bem como a reconsideração da decisão, que foi tomada por apenas um diretor da Previc. "E, se assim não entender, seja submetida ao Colegiado para revisão e revogação, nos termos do artigo 10, VII, do Decreto nº 8.992/2017".

As associações e os sindicatos estão ultimando as medidas judiciais cabíveis, neste momento é muito importante manter-se informado, acompanhe as notícias sobre os próximos passos que serão tomados na defesa dos interesses dos participantes do Banesprev através dos nossos sites e redes sociais.

BANCO DO BRASIL

NEGOCIAÇÕES DA CASSI TEM NOVA RODADA E DEBATES CONTINUAM

Na sexta-feira (8), aconteceu uma nova rodada da Mesa de Negociações da Cassi, na sede do Banco do Brasil em Brasília. As entidades de representação dos trabalhadores retornaram com as primeiras análises dos associados sobre a proposta do BB, divulgada com os detalhes na semana anterior.

As entidades reafirmaram ao BB que na parte da proposta sobre governança, algumas premissas precisam ser observadas, como não ter voto de minerva e alternância de presidência no conselho deliberativo, bem como a troca das representações nas diretorias. As entidades informaram ao BB que poderão ser introduzidos outros mecanismos para facilitar o rito de decisão como pauta automática no conselho deliberativo.

Sobre a reabertura do Plano Associados, as entidades cobraram do BB o detalhamento de como seria a entrada dos novos funcionários e a possibilidade de entrada dos funcionários de bancos incorporados.

O Banco respondeu que vai detalhar as formas de apoio patrocínio dos futuros funcionários e que fará uma proposta de redação no Estatuto da Cassi que prepare o Plano para recebimento de novos funcionários.

Em relação ao custeio, foi cobrado do BB que seja mantida a proporcionalidade de 60/40 nos valores glo-

bais das contribuições entre patrocinador e associados.

As entidades reivindicaram que haja mais estudos e simulações sobre a proposta de custeio. Ficou estabelecido que serão feitas simulações utilizando os dados existentes e as projeções na Cassi.

Será constituído grupo técnico para fazer as simulações de custeio, no início da próxima semana, com indicados das entidades, Cassi e BB. Os estudos serão utilizados para melhor análise dos números globais e formação de contrapropostas sobre o custeio.

Continuidade das negociações

A próxima rodada está marcada para iniciar dia 18/03, com negociações nos dias subsequentes.

Segundo o Coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), Wagner Nascimento, as simulações feitas no grupo técnico servirão para subsidiar os debates com os associados e a formulação de uma proposta para levar ao Corpo Social. "Por isso nosso compromisso em manter um processo de negociação permanente, considerando a necessidade de urgência da Cassi. A proposta que o banco apresentou agora precisa ser melhorada. Não podemos aceitar uma proposta pior que a proposta rejeitada pelos associados", disse.

PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA FRACASSA NO MUNDO, DIZ OIT



A privatização da previdência fracassou na maioria dos países que adotou o sistema de capitalização previdenciária que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) quer implantar no Brasil. Os impactos sociais e econômicos do sistema foram tão negativos que a única saída foi voltar atrás e reestatizar total ou parcialmente a Previdência.

A conclusão é do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Revertendo as Privatizações da Previdência - Reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina”, divulgado na segunda-feira 11.

A capitalização exige que o trabalhador abra uma poupança pessoal onde terá de depositar todo mês para conseguir se aposentar. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro. Eles são os únicos que ganham com a privatização, é uma das conclusões do estudo da OIT que demorou três anos para ficar pronto.

O estudo da OIT mostra que sistemas como esse aumentaram a desigualdade de gênero e de renda, que os custos de transição criaram pressões fiscais enormes, os custos administrativos são altos, os rendimentos e os valores das aposentadorias são baixos e quem se beneficiou com as poupanças dos trabalhadores foi o sistema financeiro, entre outros problemas.

De acordo com o estudo, de 1981 a 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social. Quatorze deles são da América Latina: no Chile (primeiro a privatizar em 1981), idosos estão morrendo na miséria; Peru

(1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia, México e Venezuela (1997), El Salvador (1998), Nicarágua (2000), Costa Rica e Equador (2001), República Dominicana (2003) e Panamá (2008).

A grande maioria desistiu da privatização após a crise financeira global de 2008, que escancarou as falhas do sistema de previdência privada. Até 2018, dezoito países fizeram a re-reforma, ou seja, reverteram total ou parcialmente a privatização da previdência social: Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia e Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).

Para os técnicos da OIT, o que melhora a sustentabilidade financeira dos sistemas de previdência e o nível de prestações garantidas, permitindo às pessoas usufruir de uma melhor vida na aposentadoria não é acabar e, sim, reforçar o seguro social público, associado a regimes solidários não contributivos, conforme recomendado pelas normas da entidade.

O que garante a segurança de renda na idade avançada é o fortalecimento de sistemas públicos de previdência, dizem os técnicos.

Ou seja, ao invés de acabar com a Previdência Social pública e solidária, o chamado modelo de repartição em que quem está no mercado sustenta a aposentadoria daqueles que já contribuíram ao longo de toda a vida, como quer Bolsonaro, os governos têm de reforçar o sistema.



HUMOR O PROFESSOR

Dou aula de química e física, duas disciplinas pelas quais a maioria dos alunos tem aversão.

Um dia comentei, depois de uma das muitas badernas em classe:

– Eu ganho pouco, mas me divirto com vocês.

E um deles, para não perder a oportunidade, respondeu:

– Nós também, não aprendemos nada, mas nos divertimos muito.

CONTRAF-CUT E SINDICATOS REPUDIAM DECLARAÇÃO DE BOLSONARO E DEFENDEM PROCESSO DE SELEÇÃO DA PREVI



A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e seus sindicatos filiados repudiam a declaração do presidente da República menosprezando o requisito dos processos seletivos da Previ voltados para funcionários do Banco do Brasil, segundo o qual os candidatos deveriam passar por cursos sobre diversidade e prevenção ao assédio moral e sexual. Bolsonaro disse que isso é “aparelhamento” e aconselhou os candidatos a entrarem na Justiça contra o requisito.

Rechaçamos mais essa manifestação desproporcionada do presidente porque, ao contrário dele, entendemos que o assédio sexual e moral nos locais de trabalho precisa ser combatido e é necessário tomar todas as medidas para combater essas práticas odiosas, que recaem principalmente sobre as mulheres.

Não há como não rebater as afirmações do presidente, especialmente em março quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, em que mulheres do Brasil e do mundo todo estão nas ruas para defender seus direitos e protestar contra o preconceito, a violência de gênero e contra os ataques que vêm sofrendo das forças conservadoras e reacionárias tão bem representadas pelo presidente

Bolsonaro.

Os bancários do Banco do Brasil participaram das mobilizações dos trabalhadores contra a prática do assédio sexual e moral, que resultaram na conquista de cláusulas importantes na Convenção Coletiva de Trabalho de combate ao assédio, que vigoram tanto nos bancos públicos como nos bancos privados.

Os cursos que o edital pede fazem parte de uma série de iniciativas tanto da Previ quanto do Banco do Brasil para disseminar princípios do Código de Ética e Normas de Conduta aos funcionários. Também repudiamos a interpretação grosseira de que essas iniciativas significam prática de “aparelhamento” por parte da Previ, o que demonstra ignorância sobre a diferença entre aparelhamento e critérios claros de ascensão profissional ou, talvez, seja ele quem quer retirar esses critérios para poder aparelhar esses espaços.

As iniciativas que Bolsonaro critica fazem parte de um processo de seleção baseado em critérios objetivos, meritocráticos e éticos, de forma a tornar os ambientes de trabalho mais saudáveis e respeitadores da diversidade humana. São praticadas por todas as grandes empresas e representam conquistas civilizatórias.

CONVÊNIO

TOMMY HILFIGER VR COLLEZIONI

DOUBLE

Prudenshopping

(18) 9.9129-3568

@doubleprudenshopping@gmail.com

doubletommyvr Tommy Hilfiger e VR Double

**10% de desconto à vista
5% de desconto à prazo**